

ENTRE MILTONS: REFLEXÕES DO CORPO NEGRO NA CIDADE A PARTIR DA CANÇÃO “SAN VICENTE”

Paola Ramos Ladeira¹

Willian Silva da Rocha²

RESUMO: Este artigo tenta pôr em prática diálogos entre academia e artes. Para tal, a partir da interpretação da música “San Vicente”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, dialogamos canção e conceitos acadêmicos espaciais. Vê-se no produto de tal experiência a cidade sendo interpretada a partir de uma metáfora da materialidade, projetando em forma poética nossa perspectiva acerca dos conceitos de espaço, território e corpo, aqui tendo o corpo negro como o tema central em debate.

Palavras-chave: Espaço; Território; Giro Descolonial; Sujeito Corporificado

RESUMEN: Este artículo intenta poner en práctica diálogos entre la academia y las artes. Con este fin, basado en la interpretación de la canción "San Vicente", de Milton Nascimento y Fernand Brant, hablamos sobre la canción y los conceptos académicos espaciales. Uno ve en el producto de tal experiencia que la ciudad es interpretada desde una metáfora de la materialidad, proyectando en forma poética nuestra perspectiva sobre los conceptos de espacio, territorio y cuerpo, aquí el cuerpo negro como tema central en debate.

Palabras llave: Espacio; Territorio; Giro Decolonial; Sujeto Encarnado.

*Temos o direito de ser iguais quando a nossa
diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser
diferentes quando a nossa igualdade nos
descaracteriza. Daí a necessidade de uma
igualdade que reconheça as diferenças e de uma
diferença que não produza, alimente ou
reproduza as desigualdades.*

(Boaventura de Souza Santos)

¹ Mestre em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCL-UFRJ).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF).

Introdução

Nem todo olhar é dotado de visão. Sabemos que muitas vezes chegam aos olhos uma miscelânea de imagens que, para serem vistas em suas particularidades e totalidades, requerem concentração. E nem mesmo no gesto de ver temos discernidas as informações secundárias, comuns à visão periférica, daquelas de interesse primário. Posto isso, nos interessa a visão que foge às distrações e busca perceber as nuances de uma existência, o que pode ser feito a partir do que a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2012) chamou de troca de cegueira em uma pequena crônica em seu texto. Lê-se:

Há muito tempo, não olhava um céu estrelado. Recentemente, tive a oportunidade de fazê-lo. Para isto, caminhei sem ver durante certo tempo, pisando muito lentamente e de forma insegura. Para ver o que não via, precisei deixar de ver o que via sempre. Precisei trocar de cegueira. (RIBEIRO, 2012, p.67)

Na tentativa de ver o que é pouco visto, que no caso deste artigo significa o deslocamento do corpo negro para o centro do debate acerca da cidade, buscamos aproximar duas áreas de conhecimento: Geografia e Literatura, para estabelecermos trocas de conhecimentos e identificarmos a importância de ambos para os debates mais contemporâneos da cotidianidade.

De certo, não trabalharemos com uma visão unívoca e encerrada em si mesma, que se pensa mais certa do que qualquer outra. Do contrário, tentaremos propor saberes em aberto, aos moldes de Édipo³, de Sófocles (2016), que passa a enxergar a partir de sua cegueira. Para isso, traremos uma alternativa à lógica europeia uniformizante e buscaremos perceber os conceitos de espaço, de território, de corpos, de corpo negro e de cidade à luz de suas diferentes características, resgatando algumas vozes como respaldo. Dentre os autores mais importantes para o nosso debate, buscamos aprofundamentos espaciais em Milton Santos e

³ Édipo é uma personagem mundialmente conhecida das tragédias gregas antigas. Surgiu inicialmente a partir da tradição oral e perpassou diversos enredos de sua época e depois dela. O clímax de sua estória é o momento em que decide furar os próprios olhos e aderir à cegueira para, assim, poder ver sem distrações, tornando-se um sábio. Os livros mais conhecidos em que tal personagem aparece são *Édipo Rei* e *Antígona*, todos do autor Sófocles.

Ana Clara Torres Ribeiro, por se tratarem de importantes nomes nas Ciências Humanas e na Geografia brasileira, além de ser um *autor* negro e uma *autora*.

É sabido que resgatamos alguns autores franceses, outro português, mas que não nos fechamos a isso, nem nos limitamos a eles, pois para reparar danos causados pela atrofia intelectual do pensamento eurocêntrico, desde o século XIX colocado como único e universal, diversos pesquisadores dialogam e propõem formas para *descolonizar o pensamento*. Pautando-nos nessas experiências, explorar metodologias que ponham em um mesmo patamar saberes acadêmicos e não acadêmicos é fundamental para alcançarmos outras formas de entendimento da materialidade. Dessa maneira, entendemos também como fundamental buscar outras formas de ler os conceitos acadêmicos, recorrendo para isso a formas de elaboração que tentem, de alguma maneira, uma tradução cognitiva, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2018), de modo a transformar as formas de uso dos conceitos, tal qual as formas de interpretar e narrar as ações e sensações comuns ao cotidiano.

Tendo em vista tratar-se de um artigo em que coparticipam duas áreas de interesse, decidimos dar destaque à música *San Vicente*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, lançada em 1972 no álbum *Clube da Esquina*. Fazemos dela nossa estrada, com vias de mão dupla e algumas ruas verticais. Para nos inserir na atmosfera da canção, Leandro Aguiar (2015) traz uma ótima síntese do contexto histórico brasileiro dessa época e das influências musicais presentes na melodia. Lê-se:

San Vicente faz parte do antológico álbum *Clube da Esquina*, lançado em 1972, e se insere num cenário em que o Brasil, e de forma particular a juventude brasileira à qual se dirigia e da qual faziam parte os membros do *Clube da Esquina*, vivia um momento incerto. Acirravam-se os ânimos tanto por parte da ditadura civil-militar quanto de seus opositores, falava-se em modernização do país, em comunismo, industrialização e “americanização”, de rock, revolução, sequestros e tortura; músicos eram exilados por suas posições políticas, as grandes gravadoras se firmavam cada vez mais e as ideias de “identidade nacional” e “música popular brasileira”, entre outras, estavam em jogo. Ao mesmo tempo, países como Argentina, Chile e Uruguai passavam por situações semelhantes, conduzindo o foco para as ideias amplas de “América Latina” e “Terceiro Mundo” (AGUIAR, 2015, p.1)

O clima de instabilidade político-social é fulcral para entendermos o isolamento e o terror cantados na letra de *San Vicente*. Além dessas questões, Aguiar (2015) compartilha sua audição atenta, apontando que os ritmos do violão e do tempo marcam uma sonoridade latina, enquanto o tema e o título buscam uma estética hispano-americana. A partir dessas premissas, o jornalista marca um desejo dos compositores de abraçar certa modernidade musical, ao passo em que demonstram repúdio às ditaduras em vigor em tal período. Ao encontro de nossa leitura do fenômeno *San Vicente*, usaremos tais ideias gerais como bases de apoio para nossas análises ao longo deste artigo.

A partir desse caminho, abrimos velas conceituais pertinentes à Geografia, à Literatura e aos debates da atualidade. Com fins organizacionais, subdivimos tal artigo em duas partes. Por um lado, a parte um, denominada “Da Literatura às Geo-grafias”, apresenta os intertícios da modernidade e da colonialidade, os corpos produtores e produtos da cidade e a relação da cidade com os conceitos de espaço e território, buscando uma análise descolonial. Por outro lado, a parte dois, denominada “Entre espaços luminosos e opacos”, analisa a música escolhida com mais demora, relacionando-a aos debates da contemporaneidade e ao corpo negro na cidade. Terminamos oferecendo uma aproximação entre Milton Santos e Milton Nascimento enquanto intelectuais negros que ocupam as ruas da cidade dentro de suas diferentes performances educativas e artísticas. Mesmo sabendo que a canção usada como escopo foi composta em coautoria, daremos destaque à figura de Milton Nascimento em função de ser seu intérprete e, conseqüentemente, o responsável por levá-la ao conhecimento do público.

Vale ressaltar, encerrando esta etapa, que este artigo teve início em inúmeras conversas informais que buscavam mutuamente aproximar a Literatura da Geografia a partir de um terceiro campo de afeto: as artes. Nossa coautoria é o produto de práticas cotidianas de trocas que não se findam, mas antes abrem-se para novas aprendizagens. Nesse passo, o que queremos, aqui, é dar destaque às experiências, em sua diversidade, mesmo que em pisares lentos, convocando vozes negras em seus lugares de fala como figuras de autoridade. Esperamos ao fim deste artigo partilhar nossas reflexões e salientar a importância de tais debates na hodiernidade.

1. Da Literatura às Geo-grafias

Em artigo embasado na obra de Milton Santos, partindo da citação do célebre *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p. 58-59) afirma que “nem sempre se desmancha no ar o que é realmente sólido”. Nesse sentido, vemos que no decorrer do desenvolvimento do sistema capitalista foram imaginadas certas fraturas temporais, mudanças de racionalidade, principalmente na chegada à chamada modernidade, simbolizada pelas Revoluções Industrial e Francesa (HAESBAERT, 2002). Essa fé de que ao longo do século XX a população mundial passou a viver cada vez mais sob a jurisdição da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, convencionadas no autoconclamado velho continente, negou a existência de desigualdades raciais, culturais e econômicas, dando a entender que a modernidade seria o tempo da equidade humana.

Juntamente aos modos totalitários de produção, tal como a racionalidade europeia, a ciência se fez produto e cúmplice dos projetos hegemônicos de dominação, mesmo se colocando como neutra. Em verdade, já sabemos, todo saber emana de uma localização espacial, é produto de determinadas culturas, sendo assim indissociável do corpo social. Dentro dessa perspectiva, propomos que as metodologias sejam radicalizadas, remando contra os cânones do positivismo que demandaram um tipo de saber cada vez mais específico e solitário. Precisamos ir dos sentidos destrutivos da ciência às “hibridizações socialmente necessárias entre saberes e práticas sociais” (RIBEIRO, 2012, p. 60).

Nesses fios, o diálogo entre filosofias e artes se torna necessário, visto que a ciência moderna afastou essas duas linhas de produção de saber, colocando-as como rivais nas interpretações sobre as sociedades. Nota-se hoje que ainda é recorrente nos diferentes cursos e áreas do conhecimento métodos resultantes dos traumas gerados pelo século XIX e pelas correntes de pensamento detentoras da “régua da cientificidade”. Nesse imbróglio, cada vez mais as ciências se afastaram das artes, como se uma não fosse intrínseca à outra.

Dentro dessas relações, as interpretações textuais também perdem, pois acabam não se utilizando de conceitos e categorias, muitas vezes mais duras, das diferentes áreas do conhecimento. O professor Rogério Haesbaert (2014), pautado em Foucault, demonstra que a formação de um conceito é sempre uma tentativa de explicar e recriar fenômenos, pensar e

estruturar a vida no plano das ideias, em uma viagem de muitas voltas em torno do real e dos sujeitos que o compõem. Essas são bases que podem mudar, movimentar-se. Todavia, as colonialidades do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005; WALSH, 2008), por vezes, nos impedem de ousadias conceituais e de método (RIBEIRO, 2012).

Neste artigo, dialogando duas áreas que dentro de uma perspectiva eurocêntrica ocupam espaços de enunciação distintos, o exercício de pensar uma narrativa artística pautada em lentes conceituais da Geografia e da Literatura se faz necessário para buscar metodologias que deflagrem as Geo-grafias, saberes inscritos nas práticas, como sugere o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002). Para além das científicidades, do saber eurocentrado, da estéril racionalização do conhecimento, imaginar possibilidades interdisciplinares é fundamental, levando em consideração as pautas sociais mais urgentes, desde a luta de classes às relações de poder, permeando as diferentes identidades e corpos que compõem o todo social, o território e o espaço.

Para traçarmos uma relação com o pensamento descolonial, é preciso pensar modernidade e colonialidade como duas faces da mesma moeda (CRUZ, 2017; MALDONADO-TORRES, 2019). Assim,

(...) é impossível pensar a modernidade sem a colonialidade; não dá pra pensar nos esplendores e nos triunfos da modernidade ocidental sem pensar na *colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza*. (CRUZ, 2017, p. 16 Grifos do autor)

Ainda segundo o autor, “para construirmos uma narrativa descolonial, é preciso pensar o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade” (CRUZ, 2017, p. 23). Pautado em Doreen Massey, o autor aponta a necessidade de deslocarmos a questão da diferença para o centro dos debates políticos, denotando e compreendendo outras formas de ser e estar no mundo. Entendendo essa necessidade como um convite ao diálogo interdisciplinar, a análise de determinado fenômeno, seja uma metalinguagem para expressar dramas sociais do real abstrato, seja atividade ou ação presente no real concreto, pode ter como seu pilar metodológico a poesia e a arte, ajudando-nos a decifrar códigos, sentimentos, linguagens, sentidos e sujeitos das ações espaciais. Para mais que lá de nossos intentos nestes escritos, o conceito de colonialidade pode ser definido tal como o fez Ramón Grosfoguel

(2019), partindo do racismo como constitutivo e fundamental para o que hoje entendemos como sistema-mundo moderno colonial. Pensar espaço, território e corpo, de uma perspectiva descolonial, é não menos que racializar todos esses conceitos. Podemos definir que, salvo raras exceções, qualquer análise socioespacial necessita levar em conta as relações de poder étnico-raciais, caso contrário não desaguará mais que em poços secos.

Milton Santos torna-se um importante ponto de partida para pensarmos o espaço e as bases teóricas de análises da materialidade, dentro das premissas evocadas. Em um livro clássico do autor, *Por uma Geografia Nova* (SANTOS, 2012), aponta-se para a necessidade da Geografia ser cada vez mais interdisciplinar. Em verdade, para Santos, todas as ciências seriam em si saberes sínteses, tentando explicar o cotidiano e a sociedade. Vemos, assim, a necessidade de trabalharmos nas fronteiras, permeando os diferentes saberes e formas de interpretação do real. Sabe-se que o real está sempre mudando dialeticamente, sendo assim, “se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento” (LEFEBVRE, 1991, p. 174). Complementando Lefebvre, podemos citar o próprio Milton Santos afirmando que “o que nos interessa é a lei do movimento geral da sociedade, pois é pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço” (SANTOS, 2012a, p. 38).

Para Milton Santos, o espaço não é uma coisa, algo inanimado, ele é produto e produtor social. Para colocarmos nos termos do autor (SANTOS, 2017), o espaço é composto por sistemas de objetos e sistemas de ações. Dentro de seu rico debate, a técnica seria a mediadora entre sociedade e natureza. O espaço seria composto por uma tecnosfera, ou seja, sistemas técnicos para produção da vida no/e do espaço, além da psicosfera, visto que essas técnicas são compostas por uma historiografia, uma cor, uma etnia, uma cultura impregnada em si. Sendo assim, toda técnica carrega em si uma racionalidade, é composta por intencionalidades. Nesses termos, o espaço construído pela sociedade hegemônica não necessariamente é um espaço plural, o que quer dizer que não é pensado levando em consideração as *multiplicidades*.

Em contrapartida, o todo social é composto por todas as formas de ser e estar no espaço, as multiplicidades de que falamos, tendo assim a cidade, esse paradigma espacial da modernidade, como lugar das contradições e da tensão. Concomitante à construção desse

espaço extremamente racializado, os sujeitos criam formas próprias de existência, experienciando o espaço subjetivamente.

Também compõem o espaço as transversalidades políticas, as relações de poder que delimitam as ações, sendo sintetizadas no conceito de território. Na Geografia, território é geralmente acessado para debates acerca de questões geopolíticas. Se no passado o território era automaticamente ligado ao Estado-nação, atualmente as considerações acerca desse importante conceito não se restringem a tal, sendo consideradas diversas nuances, como a materialidade e a apropriação simbólica, essas não excludentes uma da outra. Nesses termos, "o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural." (HAESBAERT, 2010, p. 79).

Seguindo ainda a discussão de Haesbaert (2010), entendemos o território como inseparável da tríade território-territorialidade-territorialização. Nota-se nessa construção teórica que o território é permeado não só pelas relações de poder, mas também pelas diferentes relações de territorialização e desterritorialização, gerando uma eterna des-re-territorialização, criação e destruição de territórios. Em diálogo com autores franceses, Haesbaert fala do desejo se transformando em política. Esse vem sempre acompanhado de um agenciamento, ou seja, nunca se quer somente uma coisa, mas um conjunto relacional de coisas. "Nesta concepção, o desejo (mais do que o poder, na visão foucaultiana) cria territórios, pois ele compreende uma série de agenciamentos." (HAESBAERT, 2010, p. 119).

Também os corpos são agenciamentos. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), estes não se limitam aos órgãos, o que abre precedente para o conceito cunhado por ambos como corpo-sem-órgãos, que consiste, em linhas gerais, em corpos fora da lógica da totalidade e da funcionalidade. Os corpos não são blocos de produção, portanto. Ao encontro dessa ideia, Jean-Luc Nancy (2000) defende que os corpos são um espaço em aberto, que são lugares de existência. Lê-se:

Os corpos não são um <<cheio>>, um espaço preenchido (o espaço preenchido por todo o lado): são espaço *aberto*, e em certo sentido são o espaço propriamente *espaçoso*, mais do que espacial. Ou são aquilo a que se pode ainda chamar o *lugar*. Os corpos são lugares de existência, e não há existência sem lugar, sem um *aí*, sem um <<aqui>>, <<eis>>, para o *isto*. O

corpo-lugar não está cheio nem vazio, não tem fora nem dentro, assim como não tem partes nem totalidade, funções ou finalidade. (NANCY, 2000, p.15)

Nesses termos, entendemos aqui saberes e corpos intrínsecos, pautados no que já colocamos acerca das Geo-grafias. Tal como toda e qualquer cultura carrega em seu ser e estar no espaço um saber, todo saber tem sua origem dentro de alguma cultura. Aqui, o corpo é essa construção material e simbólica, dotada de (pré)conceitos por fazer parte de um contexto social construído historicamente na modernidade a partir de violências contra todos aqueles que se fazem diferentes, ou seja, tudo aquilo que não é Europa. Dentro dessas premissas, utilizando análises de Bernardino-Costa (2019), concordamos com o que Frantz Fanon aborda em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, em que o sujeito negro compõe o que o autor denomina *zona do não ser*. Esse espaço simbólico e material, diagnosticado por Fanon, faz com que a corporeidade negra habite espaços e territórios diferentes daqueles que experienciam a corporeidade branca nesses mesmos recortes. O território é sempre um conjunto de territórios, nesses termos, e a territorialidade sempre múltipla (HAESBAERT, 2010).

É importante em nossa análise tal esclarecimento, visto que a cidade presente na música de Brant e Nascimento (1972) é experienciada de maneiras diferentes por cada sujeito em função de algumas relações de poder, dentre elas a questão racial. O território na canção *San Vicente* exprime um espaço extremamente angustiante, dando a este sentidos subjetivos ao refletirmos conceitualmente a mesma. A cidade fictícia retratada, construída por experiências de seus autores no mundo material, demarca o local de desenvolvimento de uma espécie de enredo interno à narratividade da música e será central para o diálogo que se travará entre a voz poética e a cidade, ambas como personagens e protagonistas de um mesmo território, mas não do mesmo *lugar*⁴. Podemos pensar em um espaço ambíguo, estratificado, onde o corpo dá sentido ao ser e estar no mundo. A cidade e o corpo negro não se confundem, ocupando diferentes espaços no imaginário coletivo e no sintagma nominal: “no corpo e na cidade”, apontando dois existires.

⁴ Aqui não aprofundamos o debate acerca do lugar, um conceito importante para a Geografia, vislumbrando ser um artigo sem tamanha profundidade, visto que tal conceito exprime a ideia do vivido, se tratando assim de um tipo de investigação e reflexão mais aprofundada, fruto da Fenomenologia. Leia-se lugar apenas como ponto, recorte, localidade específica de escala menor.

Frente a isso, cabe a pergunta: a cidade existe para quem? Notadamente, diferentes coletivos e grupos acadêmicos e artísticos têm tratado tal indagação com veementes críticas. Afinal, a racialização dos debates e das análises nos ajudam a perceber um espaço construído por e para sujeitos brancos, geralmente homens. A cidade se faz, historicamente, o espaço das relações sociais da sociedade ocidental, europeia, branca, cristã, patriarcal. O território, surgido das relações sociais e de poder, entretanto, não negará as territorialidades, essas, segundo Haesbaert (2010), sendo ações intrínsecas ao ser humano, ao sujeito social e coletivo. Nesse contexto, faz-se necessário construir nessa cidade um lugar dotado de experiências múltiplas do mesmo recorte espacial, isso para além da diferenciação locacional, pois os diferentes grupos étnicos urbanos frequentam os mesmos espaços, geralmente subdivididos em classes de *servidores* e *consumidores* de serviços, ocupando, assim, diferentes classes, raças e gêneros. Logo, o espaço transparece em diferentes facetas, contendo ambiguidades semânticas e existenciais para aqueles que o experienciam.

Levando tais premissas em consideração, notadamente podemos ler a canção proposta tendo os conceitos evocados como ferramentas analíticas. Em função do que aqui foi dito, trataremos as questões referentes aos espaços de maior e de menor visibilidade no tópico a seguir, demonstrando como tal discussão aparece ao longo da canção de Milton Nascimento e Fernando Brant.

2. Entre espaços luminosos e opacos

Após feitas algumas considerações teóricas, principalmente no âmbito da Geografia, este tópico está empenhado em dialogar mais profundamente com a canção. Entre os objetivos específicos aqui, além de dar continuidade ao diálogo entre Literatura e Geografia, denota-se a pertinência da canção nos dias atuais. Podemos entender que essa pertinência, mesmo envolta às mudanças históricas, faz-se em função de elementos centrais para a elaboração da letra, fundamentais para a construção espacial que fazem Milton Nascimento e Fernando Brant, ao passo que pertinentes por serem questões ainda atuais. Começaremos apresentando integralmente a letra da canção:

San Vicente

Coração americano
Acordei de um sonho estranho
Um gosto, vidro e corte
Um sabor de chocolate
No corpo e na cidade
Um sabor de vida e morte
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

A espera na fila imensa
E o corpo negro se esqueceu
Estava em San Vicente
A cidade e suas luzes
Estava em San Vicente
As mulheres e os homens
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

As horas não se contavam
E o que era negro anoiteceu
Enquanto se esperava
Eu estava em San Vicente
Enquanto acontecia
Eu estava em San Vicente
Coração americano
Um sabor de vidro e corte

Na canção há dois pontos antagônicos: cidade e corpo negro. A cidade se produz, segundo Milton Santos (1999), como território a partir das verticalidades e horizontalidades, visto ser ela o espaço da globalização. O autor coloca a ideia de verticalidades e horizontalidades para explicar o todo das relações sociais, o espaço banal.

Nos espaços da globalização haveria relações verticais e relações horizontais que resultariam na produção desses espaços banais – que são o espaço da comunhão, da comunicação, o espaço de todos –, não apenas em contraposição ao espaço dos fluxos econômicos, mas por serem também considerados o lugar de todos, sem excluir quem quer que seja, sem excluir qualquer que seja a instituição ou a empresa. (SANTOS, 1999, p. 17-18)

As verticalidades são o exercício territorial das grandes instituições, do Estado como agente fundamental do poder hegemônico e do grande capital. As horizontalidades são

caracterizadas pela continuidade, pela vizinhança, pela solidariedade e pelos espaços das mulheres e dos homens comuns. Ao passo que o território é construído nesses dois âmbitos, chegamos aqui ao *espaço banal*, o espaço de todos, onde a vida se mostra em seu caráter múltiplo e o território é construído através de seu exercício, a territorialização, uma ação territorial e territorializadora. Essa ação é experienciada e ordenada pelo que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) denomina *sujeito corporificado*, buscando meios materiais e simbólicos de angariar sua inserção na *zona do ser*, para recolocar Fanon nesta conversa. Para ocupar a *zona do ser*, o sujeito corporificado precisa se pôr a partir de termos generalizados, como se reafirmar cidadão, por exemplo, para pleitear a legitimidade de uma co-presença (RIBEIRO, 2005).

Isso se repete ao longo da sequência musical: “e o corpo negro se esqueceu/ estava em San Vicente/ a cidade e suas luzes/ estava em San Vicente”. Aqui, notamos a ambiguidade do território que somente o *sujeito corporificado* poderia descrever. Afinal, são os “anônimos e deserdados” (RIBEIRO, 2005, p. 12461) que compõem os espaços opacos, ofuscados pelo pensamento eurocêntrico e moderno, das cidades e suas luzes, trazendo outros sentidos em suas ações. Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p. 66) narra essa associação da luz “ao conhecimento, à ciência, à arte superior e à metafísica” oposta à escuridão, ligada ao passado das trevas, dos pecados da carne e da falta de conhecimento, da “natureza descontrolada”. A luz é símbolo da modernidade, como Nascimento e Brant colocam tão bem na canção. “A luz também escolhe, seleciona e oculta, engrandecendo espaços, transformados em espaços *luminosos*, e esmaecendo ou esquecendo outros, abandonados em sua *opacidade*.” (RIBEIRO, 2012, 66-67). Os *espaços luminosos* seriam os espaços da vida plena, do reconhecimento, enquanto os *espaços opacos* seriam os da sobrevivência, da negociação entre ser ou não ser.

Enquanto a cidade detém luzes e vidros refletores, símbolo da arquitetura e do pensamento moderno, o existir na cidade requer contato entre os corpos. Para Jean-Luc Nancy (2000), corpo e liberdade são experiências, e experiência não é uma questão de saber ou não-saber, posto que é sempre uma instância de travessia. Nesse sentido, o atravessamento dos corpos e da cidade pode gerar cortes: na pele, entendidos denotativamente; na representatividade, entendidos a partir da posição marginalizada em termos de moradia, de cultura e de profissão; e na identidade, entendidos como a subalternização simbólica de

elementos característicos de determinada cultura. Assim, o vidro e o corte destacam o risco de se experienciar a cidade a partir dos próprios corpos, tendo em vista que ela não foi feita para o corpo negro.

Visando entender essa narrativa dentro do nosso tempo, podemos mencionar as recorrentes políticas públicas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo de apagamento simbólico e material dos corpos negros, por meio da rememoração de dois acontecimentos marcantes em ambos os estados brasileiros: o apagamento dos muros paulistas, transformados em artes de rua por artistas negros em busca de representação na cidade, que viraram cinzas, literalmente, e a construção de muragens em torno das principais vias expressas cariocas, como a Linha Amarela e a Linha Vermelha, que buscam invisibilizar as comunidades que ali vivem⁵. Portanto, assim como nas metrópoles mencionadas, o corpo negro nos aparece, na canção em destaque, no não-lugar chamado San Vicente, mas não transparece na cidade. Antes, adormece no campo semântico onírico e eufemístico, esquecido e apagado por ela.

Essa segregação dos corpos negros dentro do corpo coletivo abre precedente para a discussão de um ciclo de violências que culmina na *violência epistêmica*, termo cunhado por Gayatri Spivak (2010), levando em muitos casos à morte precoce dos corpos negros, como vemos no verso de Nascimento: “e o que era negro anoiteceu”. Tal conceito concerne, segundo Santiago Castro-Gómez (2005), em um projeto de modernidade que mascara as diferenças do sistema-mundo, invisibilizando grupos minorizados a partir de microrelatos que os deixam de fora da representação.

Tomando a canção como partida para a análise, nota-se na segunda estrofe a separação dos versos “e o corpo negro se esqueceu” de outro em que constam “as mulheres e os homens”, todos os respectivos associados à cidade de San Vicente, o que nos possibilita pensar ser este um exemplo musicado de violência que consiste na construção de um outro isolado e invisibilizado, tendo em vista sua separação de homens e mulheres e sua

⁵ A primeira referência faz menção ao apagamento dos grafites em grandes avenidas de São Paulo durante o governo Doria, cujos envolvidos foram condenados a pagar indenização de quase 800 mil reais por dano ao patrimônio público. Já a segunda referência menciona a construção de muros em acrílico que separam as principais vias expressas do Rio de Janeiro (Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil) das comunidades que as rodeiam, projeto que custou mais de 20 milhões de reais ao estado e teve início com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

identificação como corpo negro, que nesta perspectiva parece ser um caso de demarcação da diferença em relação aos outros.

Junto à ideia de diferença surge a de identidade. Segundo Kathryn Woodward (2014), uma visão não essencialista sobre identidade focaliza as características que são compartilhadas por determinado grupo identitário, as suas diferenças e a mudança diacrônica daquilo que significa fazer parte de tal identidade. Isso significa que a identidade possui uma dimensão simbólica e relacional. Lê-se:

(...) A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados). (WOODWARD, 2014, p.13-14)

Considerando tais variantes, esta música parece recorrer a duas identidades: a do corpo negro, formada pelo que o difere da cidade, e a da América Latina, formada pelo que há nela de comum, sendo ambas subjugadas pela identidade hegemônica da cidade.

Esse panorama que teve destaque em nossa discussão e na música de Milton Nascimento e Fernando Brant conflui em uma ideia de latinidade utópica, que funciona tal qual um chamado à América Latina, como vemos no verso “coração americano”. Ele surge como um eco, retomado a cada estrofe. Pensamos essa América Latina como o lugar em que a distopia da canção dá abertura ao sonho, no sentido freudiano de desejo⁶. Logo, a metáfora da fila como espera no verso: “a espera na fila imensa”, respaldada pela metonímia do passar das horas no verso: “as horas não se contavam”, junto à condição de vigília da voz poética da canção *San Vicente* no verso: “acordei de um sonho estranho” têm como possibilidade de leitura o desejo de que a América Latina acorde para a sua necessária comunhão.

Será justamente este sonho, que a voz poética caracteriza como estranho, que aproximará a latinidade ao corpo negro, através da ideia do esquecimento. Ambos partilham uma memória de substrato ocupada pelos pilares hegemônicos coloniais em que seu apagamento se deu a partir da construção de pares antagônicos estruturantes, cujo objetivo

⁶ Para Sigmund Freud (2010), o sonho funciona como espaço de manifestação do desejo, alojado no inconsciente do indivíduo.

visava denegrir os colonizados ao passo em que consolidava a hierarquia alienante dos colonizadores. Podemos usar como exemplos, baseados em Castro-Gómez (2005), os pares: desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos, civilizados *versus* bárbaros, dentre outros. A partir desse processo de minimização dos existires dos outros deflagra-se a ideia de estranhamento, de ser-se estranho à própria cidade, confluindo numa construção imagética do corpo estrangeiro, que fica à margem de sua própria representação.

Levando a discussão da ficção ao cotidiano, temos posto que os corpos são relacionais e suas relações são exercidas a partir de jogos de poder em que a racialidade não pode ser menorizada. Isso espelha-se na chamada cidadania, termo derivado de cidade, que na teoria promove a igualdade, mas, na prática, produz e reproduz desigualdades, uma vez que não alcança todas as pessoas. Para falar disso em um seminário de Geografia em 1996, Milton Santos destacou:

Há uma relação entre corporeidade, individualidade e socialidade. Essa relação vai também definir a cidadania. Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre "cidadanias", dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade. (SANTOS, 1996, p.5)

A ideia de cidadanias construídas para alguns corpos, ou negadas ao corpo visto como negro, sintetiza os pressupostos deste artigo e a necessidade de se debater tais questões. De fato, a cidadania surge como um pilar teoricamente comum aos habitantes da cidade, mas na prática desempenha desde sempre um papel excludente. Basta lembrarmos de Roma, cujo império perdurou por anos pela Península Ibérica a partir do pressuposto de que haveria uma unidade política e cultural em toda sua extensão e um dos pilares deste pensamento era o do cidadão romano, que adquiria direitos civis. Pois já naquele tempo a cidadania prometida não abarcava mulheres, crianças e homens iletrados, tornando tal premissa falaciosa.

Se pensarmos em termos de cidadania brasileira atual, tomando como escopo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a mesma usada na contemporaneidade, identificaremos sua presença como um dos princípios fundamentais do

artigo 1º de toda a República⁷, e a não distinção de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas discriminatórias como um de seus objetivos⁸. Igualmente ao caso anterior, temos que lidar com a promessa de uma cidadania igualitária em contraste com aquelas que são realmente aplicadas: cidadanias vilipendiadas em função dos seus corpos.

Amarrando as diferentes discussões que nos guiaram ao longo do texto, notamos que a canção de Milton Nascimento e Fernando Brant ainda é atual, mesmo com as visíveis mudanças sociais e tecnológicas presentes no curso da história, em função do que Milton Santos entende por “acumulação desigual de tempos” (2012), e o fio mais resistente dessa acumulação é justamente a colonialidade, ainda presente nos discursos e nas práticas cotidianas, (re)colocando os corpos negros em um paradoxo moderno-colonial, em que estes são antagônicos à própria cidade, de modo a experienciar outra cidade, outros sentimentos, buscando outras formas de se comportar para, então, sobreviver, mesmo com “um gosto, vidro e corte”, com “um sabor de vida e morte”.

Considerações finais

Propomos, agora, transpor os debates da ficção para o espaço banal a partir da aproximação dos dois intelectuais negros cujas vozes ressoaram neste artigo: Milton Santos (1926-2001) e Milton Nascimento (1942). Ambos ocupam as ruas das cidades a partir de uma característica comum: uma alta capacidade de se comunicar e de se expressar a partir da linguagem. Seja por meio da discografia ou de um conjunto de obras acadêmicas, ambos alcançam multidões e deixam suas marcas, adquirindo seguidores. Constroem subjetividades comunicáveis, partilham experiências e, por meio de diferentes performances, resistem à cidade, deixando rastros nela. Milton Santos ofereceu novos caminhos à Geografia e seus escritos e ditos o mantêm vivo em diversos debates. Já Milton Nascimento continua a comover com seu canto celestial, soprando mil tons diferentes de existir.

⁷ “Dos princípios fundamentais: art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.” (BRASIL, 2017, p.9)

⁸ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 2017, p.9)

Esses homens conduziram sua arte driblando os percalços raciais que se infiltram em cada camada da sociedade e trouxeram a questão racial para o centro de discussões que, tradicionalmente, buscavam se apresentar como campo neutro. Milton Nascimento trouxe para a música popular brasileira o jazz e a lírica. Por sua vez, Milton Santos trouxe para a Geografia uma reformulação das concepções de território, de corpo, de experiência e uma gama de conceitos espaciais. Nesse sentido, ambos confrontam a colonialidade e questionam a modernidade, o que em nossa análise são constitutivos do mesmo processo que se fez desde o encontro colonial no século XV, fazendo com que a Europa se visse como sujeito a partir das exterioridades encontradas no continente americano, além das relações que sucederam até a hierarquização cultural e de poder em escalas globais.

Portanto, ao ver a história das mulheres e dos homens do globo a partir desse prisma, faz-se elementar a racialização das análises do mundo em que vivemos, inclusive pela ciência racionalista, da lógica formal (LEFEBVRE, 1991), de modo que necessitamos, urgentemente, das ferramentas literárias e artísticas para perceber com mais profundidade as experiências espaciais dos *muitos outros* de que nos fala Ana Clara Torres Ribeiro (2012). Nessa perspectiva, reflexões entre Miltons a partir da canção *San Vicente* são pertinentes e atuais para se pensar o corpo negro na cidade e demais temas que tangenciam nossas vivências diárias.

Referências

AGUIAR, Leandro. San Vicente e a América Latina de Milton e Brant. In. *Folha de S. Paulo*. Piauí, p.1, setembro, 2015. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/san-vicente-e-a-america-latina-de-milton-e-brant/>>. Acessado em: 9 Mar. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 247-268.

BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. San Vicente. In. NASCIMENTO, Milton; BORGES, Lô. *Clube da Esquina*. EMI/ODEON, 1972. 1 CD. Faixa 9.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 52. ed. Brasília: Edições Câmara, 2017.

CASTRO-Gómez, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In. LANDER, Edgard. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, 2005.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In. *Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. v. 1, p. 15-36. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. “28 de novembro de 1947: Como criar para si um corpo sem órgãos”. In. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, v.III. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”)*, *Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Obras completas. Vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 55-77.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF, 2002.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henti. *Lógica Formal, lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1991.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-53.

NANCY, Jean-Luc. *Corpus*. Trad. Tomás Maia. 1 ed. Lisboa: Vega, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Das geo às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In. CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (Org). *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 217-256.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgard. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. P. 12458-12470.

_____. Homens lentos, opacidades e rugosidades. In. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Coimbra: Grupo Almedina, 2018.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia. In. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Rio Grande do Sul, n. 21, p. 7-14, agosto, 1996.

_____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia Crítica*. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *Pensando o espaço do Homem*. 5. ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed., 9. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SÓFOCLES. *Antígona*: livro vira-vira 2. Trad. Domingos Cegalla. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2016.

_____. *Édipo Rei*: livro vira-vira 1. Trad. Domingos Cegalla. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2016.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.